



O autoritarismo do Estado Novo português nos anos 1930: uma visão literária pelos prismas de José Saramago e de Antonio Tabucchi

The authoritarianism of the Portuguese *Estado Novo* in the 1930s: a literary view through José Saramago's and Antonio Tabucchi's prisms

Márcio Aurélio Recchia¹

Resumo: apresentamos, neste artigo, algumas reflexões a respeito do Estado Novo português na década de 1930 através dos romances: *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), de José Saramago, e *Afirma Pereira* (1994), de Antonio Tabucchi. Pretendemos fazer uma breve análise comparativa dos dois protagonistas que se encontram na Lisboa salazarista em 1936 e 1938 respectivamente, em um período conturbado em que vários governos autoritários europeus preparam os terrenos que os conduzirão à Segunda Guerra Mundial.

Palavras-Chave: José Saramago; Antonio Tabucchi; Autoritarismo; Salazarismo; Propaganda.

ABSTRACT: in this article, we present some reflections regarding the Portuguese *Estado Novo* in the 1930s through the novels: *The Year of the Death of Ricardo Reis* (1984), by José Saramago, and *Pereira Maintains* (1994), by Antonio Tabucchi. We intend to make a brief comparative analysis of the two protagonists who are in the salazarist Lisbon in 1936 and in 1938 respectively, in a troubled period in which several authoritarian European governments prepare the grounds that will lead them to World War II.

Keywords: José Saramago; Antonio Tabucchi; Authoritarianism; Salazarism; Propaganda.

1. Introdução

Gostaríamos de propor uma visão literária acerca da Lisboa da década de 1930 – palco da formação do Estado Novo português (1933-1974), integrado ideologicamente ao contexto europeu da ascensão dos regimes autoritários alemão, italiano e espanhol –

¹ Mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (2018). Desenvolveu projeto de pesquisa sobre o salazarismo, o Estado Novo e a propaganda salazarista presentes no filme *Fantasia Lusitana* (2010), de João Canijo. É pesquisador participante do grupo de pesquisa "Colonialismo e Pós-Colonialismo em Português" (USP) e do "Grupo de Pesquisas em Dramaturgia e Cinema" (UNESP).

, por meio da escrita de José Saramago (1922-2010)², com *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), e de Antonio Tabucchi (1943-2012)³, com *Afirma Pereira* (1994).

O nosso objetivo é analisar comparativamente os protagonistas desses romances, considerando dois pontos evidentes de convergência entre eles. O primeiro é o ambiente em que estão inseridos, isto é, a Lisboa sob o comando de António de Oliveira Salazar (1889-1970), cujo governo se caracterizou pela difusão ideológica propagandista e pelo emprego de instrumentos de censura, coerção e perseguição. *O ano da morte de Ricardo Reis* e *Afirma Pereira* têm como presente diegético os anos de 1936 e 1938, ou seja, um período que engloba o início do Estado Novo e a consolidação de outros governos autoritários na Europa. O segundo aspecto diz respeito às características dos protagonistas: ambos estão ligados ao mundo das letras e, de início, tendem a não se envolver com as questões políticas de seu tempo.

Isto posto, pretendemos investigar de que modo Ricardo Reis e doutor Pereira se transformam diante do mundo conturbado que se apresenta diante deles.

2. O Estado Novo na década de 1930

O Estado Novo conseguiu resistir ao pós-Segunda Guerra Mundial, vindo a colapsar apenas em 1974. Sua instauração somente foi possível porque os sete anos que o antecederam foram marcados por uma ditadura militar. Foi aproximadamente meio século de um governo em regime repressivo, cuja figura de destaque foi a de Salazar. De acordo com o filósofo José Gil, “o salazarismo foi uma doença que pôs de rastos o povo português. Doença do espírito (e dos corpos) e, enquanto tal, raramente tomada em consideração pelos historiadores e sociólogos da época” (GIL, 2017, p. 23-24).

Gil utiliza a metáfora da “doença” para definir aquele regime, e, apropriando-nos dessa figura (além de aludir à pandemia corrente), podemos dizer que, nas primeiras décadas do século XX, havia na Europa um ar “pestilento”, cujo “vírus”, dependendo do território atingido, ao se deparar com as especificidades locais, passava por uma

² José Saramago foi galardoado com o Prêmio Camões em 1995 e se tornou o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1998 após escrever *Ensaio sobre a cegueira* (1995). Alguns de seus títulos de destaque incluem *Memorial do Convento* (1982), *A jangada de pedra* (1986) e *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991). Nascido em Azinhaga, muda-se com sua família para a capital portuguesa em 1924 (EXPRESSO, 2010). É na Lisboa dos anos 1930 que Saramago passará parte da infância e da adolescência. O autor revela que a memória daquele período o ajudou a escrever esse romance: “Apesar de ter apenas 13 anos em 1936, a minha lembrança do ambiente geral da cidade naquela época mantém-se bastante viva. Essa lembrança foi o pano de fundo de que me servi para fazer representar as minhas personagens” (GOMES, 2002). Morto aos 87 anos, deixa viúva a jornalista Pilar del Río, uma das tradutoras de sua obra para o espanhol. O casal havia se mudado para Lanzarote, Ilhas Canárias, em 1993, após controvérsias com o governo português à publicação de *O evangelho segundo Jesus Cristo* (EXPRESSO, 2010).

³ O ítalo-lusitano Antonio Tabucchi também recebeu prêmios literários, com destaque para o Prêmio Europeu de Literatura Aristeion. Outros destaques de sua produção literária são *Requiem* (1991), escrito originalmente em português, *Gli ultimi tre giorni di Fernando Pessoa* (1994) e *La Testa Perduta di Damasceno Monteiro* (1997). O autor foi galardoado com o prêmio Campiello em 1994 por *Afirma Pereira*. Oriundo da província de Pisa, Tabucchi viveu uma relação de amor com Portugal, não apenas no âmbito literário, mas também em sua vida pessoal: “Cheguei a Portugal nos anos 60, que vivia numa ditadura, conheci muita gente, intelectuais, fiz amigos e minha mulher é portuguesa. O amor tem uma certa importância na vida!” (MOSTRA, 2002). O autor, que foi professor na Universidade de Siena e adquiriu a cidadania portuguesa pelo casamento com Maria José de Lancastre, faleceu em Lisboa em 2012 aos 68 anos. Era um entusiasta da produção de Fernando Pessoa (1888-1935), sendo um de seus tradutores para o italiano.

mutação, manifestando “patologias” diversas. Na Itália, esse “mal” ficou conhecido como fascismo; na Alemanha, como nazismo; na Península Ibérica, recebeu o nome de franquismo na Espanha e de salazarismo em Portugal. Todas essas manifestações “mórbidas” tinham em comum o fato de serem “contagiosas” e de difundirem rapidamente pensamentos autoritários, antidemocráticos, ultranacionalistas e, em alguns casos, xenófobos e antissemitas.

Pensando especificamente o “surto” ocorrido em Portugal, o historiador Fernando Rosas (2001) elencou algumas características que definiram o *modus operandi* do Estado Novo. De acordo com ele, não apenas foi criado um aparelhamento estatal de controle, difusão e manutenção da ideologia salazarista, como também foi engendrada uma estrutura de repressão e censura das vozes dissonantes. Nesse contexto surge o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), órgão dirigido por António Ferro, que tinha por missão promover a ideologia estatal. Segundo Rosas (2001), os quatro pilares na base do Estado Novo eram:

- a) O Secretariado da Propaganda Nacional;
- b) A Agência Geral das Colônias;
- c) O aparelho da educação nacional;
- d) O aparelho corporativo.

Os dois primeiros “integravam [...] o *sistema de enunciação*, isto é, de organização, padronização e divulgação da informação seleccionada, mas também das crenças, dos valores, da cultura, dos artefactos do «espírito» em geral” (ROSAS, 2001, p. 1041). Estas duas estruturas seriam as responsáveis pelo

exercício de um «poder de influência», o de condicionar e disciplinar as condutas em nome de princípios declarados comuns [...] o exercício de um «poder de injunção», o de, pela **ameaça**, pela **punição** e pela **censura prévia**, proibir e silenciar os comportamentos e valores considerados desviantes. (ROSAS, 2001, p. 1041 – grifos meus)

Os outros dois pilares eram “a espinha dorsal do *sistema de inculcação* ideológica, de organização do consenso e da ordem” (ROSAS, 2001, p. 1041). Sob o comando do Ministério da Educação Nacional, encontravam-se a Mocidade Portuguesa (MP) e a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), responsável pela Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) (ROSAS, 2001, p. 1042). Já o sistema corporativista era formado por entidades como o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), os grêmios, os sindicatos nacionais, as casas do povo e as casas dos pescadores, com destaque para a Fundação Nacional para Alegria do Trabalho (FNAT) e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) (ROSAS, 2001, p. 1042).

Os instrumentos de censura e repressão constituíam outro aspecto importante dentro da lógica salazarista. A Constituição de 1933 permitiu a criação de leis que garantiram o surgimento do Estado Novo e a prática institucional da censura e da violência de forma velada, ferindo a liberdade democrática e beneficiando a manutenção do *statu quo*. Segundo o acadêmico Luís Reis Torgal,

A legislação produzida no próprio ano da Constituição [...] mostra que [...] se pretendia tudo vigiar em defesa dessa “ordem nacional”, criando-se [...] os

elementos legais necessários para funcionar uma ação repressiva, que sempre fazia passar por uma ação legal, legítima e benévola. (TORGAL, 2010, p. 112)

Em 1936, ocorreu a consolidação da censura contra a imprensa. Os pesquisadores Stefano Salmi e Davide Poli (2010) explicam que

um funcionário de cada jornal dirigia-se à sede da censura com uma “tríplice cópia” da notícia a ser examinada. Depois de verificadas as três cópias, uma retornava com dois carimbos, um com a palavra “visto” e a indicação do local da comissão de censura, o outro com uma [sic] dos seguintes dizeres: “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspenso”, “retirado” ou “cortado”. (SALMI; POLI, 2010, p. 379)

A polícia política, que nos anos 1930 era chamada de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)⁴, foi outro grande agente dessa repressão. Torgal revela que,

Com a organização da PVDE [...] surgia também a reorganização dos Tribunais Militares Especiais [...]. Por eles passavam [...] os processos, que sentenciavam os réus às prisões e campos de concentração [...] que se foram organizando para fins políticos, como o Aljube, o forte de Caxias, o forte de Peniche, o forte de Angra (Açores), [...] a “colônia penal” do Tarrafal [...], ou mesmo a ilha de Ataúro em Timor. (TORGAL, 2010, p. 116)

No entanto, essas formas de perseguição e de repressão eram abafadas pelo discurso oficial, pois, afinal, não seria interessante para o governo ter a sua imagem associada a um regime persecutório e punitivo agindo contra sua própria população. Em suma, o Estado Novo foi um projeto arquitetado, baseado nos quatro pilares analisados por Rosas (2001) e cujas características autoritárias, notadamente a de cerceamento da liberdade, eram justificadas em prol da nação.

3. A representação do Estado Novo nos romances

O heterônimo pessoano Ricardo Reis, transformado em personagem principal no romance de Saramago, retorna a Portugal nos últimos dias de 1935 após um autoexílio de 16 anos. Ao desembarcar em Lisboa, o país havia mudado muito, embora o personagem ainda não pudesse notar tais diferenças. De fato, o que existia era um cenário muito diverso daquele que ele conhecera: o país vivia sob o jugo do Estado Novo, um regime que silenciava opositores, o que pode ser inferido no diálogo entre Reis e o motorista que o conduziu ao Hotel Bragança:

Do hotel não me lembro, mas a rua sei onde é, vivi em Lisboa, sou português, Ah, é português, pelo sotaque pensei que fosse brasileiro, Percebe-se assim tanto, Bom, percebe-se alguma coisa, Há dezasseis anos que não vinha a Portugal,

⁴ “A PVDE – que depois de 1945 se intitulará, numa primeira operação de cosmética, PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, para, mais tarde, no Marcelismo, passar a ser DGS – Direcção Geral de Segurança – reunia, numa só polícia, duas instituições já realmente existentes: a Polícia de Defesa Política e Social e a Polícia Internacional”. (TORGAL, 2010, p. 114)

Dezasseis anos são muitos, vai encontrar grandes mudanças por cá, e com estas palavras calou-se bruscamente o motorista. (SARAMAGO, 1994, p. 17)

O condutor mencionou as transformações ocorridas no país durante a ausência do passageiro, porém, que “grandes mudanças” seriam essas? Talvez ele estivesse reproduzindo o discurso oficial, que dizia que “o governo estava trabalhando em prol da população, operando reformas e lutando contra o comunismo”. Entretanto, por que se calou repentinamente? Podemos inferir que isso teria ocorrido devido à censura e à perseguição por parte do governo, uma vez que a ausência da liberdade de expressão fez com que as pessoas se sentissem desconfiadas e temerárias diante de desconhecidos.

De qualquer forma, a temática do silenciamento está bastante presente nos dois romances. Sem dúvida, ela aparece mais bem representada na imprensa, já que esta cumpria um papel duplo: além de ser usada como instrumento de difusão da propaganda estatal, ela também era vítima da censura. À esse respeito a instância narrativa inicia o quarto capítulo fazendo uma análise de como funcionavam os jornais:

Diz-se, dizem-no os jornais, quer por sua própria convicção, sem recado mandado, quer porque alguém lhes guiou a mão, se não foi suficiente sugerir e insinuar, escrevem os jornais, [...] que, sobre a derrocada dos grandes Estados, o português, o nosso, afirmará a sua extraordinária força e a inteligência reflectida dos homens que o dirigem. (SARAMAGO, 1994, p. 85)

Este excerto traz informações acerca da utilização dos periódicos por parte do regime. Os jornais eram usados como plataforma difusora da ideologia salazarista, quer por parte de editores aliados ao governo, quer por imposição. Ao iniciar com “Diz-se, dizem-no os jornais”, o narrador esclarece que não compactua com o seu conteúdo, limitando-se apenas a informar o conteúdo das páginas, isto é, elogios ao governo e a Salazar, o que não passava de propaganda estatal.

Por outro lado, o narrador critica a natureza do conteúdo dos jornais, ao evidenciar que, na prática, havia editoriais jornalísticos que, pela “própria convicção”, apoiavam o regime e, portanto, não precisavam receber “recados” (ameaças), e havia aqueles que sofriam o peso da repressão ditatorial, isto é, suas “mãos eram guiadas” para escrever o que o governo “sugerira” (impunha). Enfim, esse controle silenciava as vozes opositoras, padronizava a publicação exclusiva do discurso oficial e facilitava a adesão da população ao regime.

Já o protagonista de *Afirma Pereira* atuava como jornalista na coluna cultural de um periódico assim definido: “o *Lisboa* é um jornal de Lisboa, começou há poucos meses [...], somos apolíticos e independentes, mas acreditamos na alma, quer dizer, temos tendência católica” (TABUCCHI, 2015, p. 9). Contudo, seu diretor tinha uma visão diversa: “Pereira, quero que o *Lisboa* seja um jornal bem português mesmo na página cultural e se não te agrada fazer uma efeméride sobre o Dia da Raça, debes ao menos fazer uma sobre Camões” (TABUCCHI, 2015, p. 188). Ou seja, embora o jornal se apresentasse como apolítico, é evidente o posicionamento ideológico do seu diretor, um fiel apoiador do Estado Novo, o que se reflete no conteúdo do periódico.

Ainda assim, o *Lisboa* também estava sujeito à censura. Após publicar um conto do século XIX de Alphonse Daudet, que abordava a Guerra Franco-Prussiana, Pereira foi convocado pelo diretor a se retratar:

Na censura são uns pacóvios, disse o director, uns analfabetos, o director da censura é um homem inteligente, é um amigo meu, mas não pode ler pessoalmente as provas de todos os jornais portugueses, os outros são funcionários, uns desgraçados polícias pagos para não deixarem passar palavras subversivas como socialismo ou comunismo, não podiam compreender um conto de Daudet que termina com Viva a França, **nós é que temos de estar vigilantes, que devemos ser prudentes, somos nós, os jornalistas, que temos experiência histórica e cultural, que devemos vigiar-nos a nós próprios.** (TABUCCHI, 2015, p. 171 – grifos meus)

Este excerto aborda a problemática da censura que os periódicos impunham a si próprios: “Rapidamente, os jornalistas compreenderam que era melhor antecipar o que era possível escrever ou não; começava assim o mecanismo mais eficaz desta surda guerra: a autocensura” (SALMI; POLI, 2010, p. 379).

Outro braço repressivo do Estado Novo era a polícia política. Em *O ano da morte de Ricardo Reis*, várias são as passagens em que a PVDE é retratada. A mais significativa aborda a ocasião em que Reis foi convocado a comparecer à sede do órgão repressor. Em diálogo com Lídia, a camareira do Hotel Bragança com quem se envolveu sexualmente, e que era irmã de Daniel, um marinheiro de ideário comunista, temos:

Dizem que foi chamado à polícia internacional, está alarmada a pobre rapariga, Fui, tenho aqui a contrafé, mas não há motivo para preocupações, deve ser qualquer coisa de papéis, Deus o ouça, **que dessa gente**, pelo que tenho ouvido, **não se pode esperar nada de bom**, às coisas que o meu irmão me tem contado [...]. (SARAMAGO, 1994, p. 173 – grifos meus)

O fato de Lídia se referir à polícia como “essa gente”, além de afirmar que “não se pode esperar nada de bom”, revelam o ponto de vista seu e de seu irmão. Daniel tinha contato com “a folha repugnante do Marinheiro Vermelho” (SARAMAGO, 1994, p. 328) – adjetivo dado pelo jornal *O Século*. Ao aprender o significado da palavra “repugnante”, Lídia respondeu a Reis: “Eu já vi o Marinheiro Vermelho e não me meteu nojo nenhum, Foi o teu irmão quem te mostrou, Sim, foi o Daniel, Então o teu irmão é comunista, Ah, isso não sei, mas é a favor” (SARAMAGO, 1994, p. 328).

Os folhetins ilegais de viés comunista que corriam entre as classes menos favorecidas eram a maneira pela qual os trabalhadores contornavam a censura e se fortaleciam como grupo, já que o corporativismo, um dos pilares do Estado Novo, englobava os sindicatos, conforme Rosas (2001). Inclusive, foi através de Lídia que

Ficou Ricardo Reis a saber que a polícia onde terá de apresentar-se na segunda-feira é **lugar de má fama** e de obras piores que a fama, coitado de quem nas mãos lhe caia, ele são as **torturas**, ele são os **castigos**, ele são os **interrogatórios** a qualquer hora [...]. (SARAMAGO, 1994, p. 174 – grifos meus)

O protagonista entrou em contato com a visão do oprimido sobre a PVDE – cuja “má fama” não era gratuita: “as torturas, os castigos e os interrogatórios” se davam em nome de um ideal que se travestia com a capa da ordem “legal, legítima e benéfica” (TORGAL, 2010, p. 112).

No romance de Tabucchi, o clima de medo e tensão policial está presente em vários momentos da narrativa. No início do terceiro capítulo, temos:

Pereira afirma que naquela noite **a cidade parecia nas mãos da polícia**. Estavam em todo lado. Tomou um táxi até ao Terreiro do Paço e debaixo das arcadas viam-se **camionetas e guardas com espingardas** [...]. Gostaria de ter continuado a pé [...], mas **não teve coragem de passar diante daqueles militares sinistros**, e por isso apanhou o eléctrico [...]. Aqui desceu [...] e **encontrou mais polícia**. Desta vez teve de passar diante do **pelotão**, o que lhe provocou um **ligeiro mal-estar**. Ao passar ouviu um oficial dizer aos soldados: **E lembrem-se rapazes que os subversivos estão sempre emboscados, é melhor estar de olhos abertos**. (TABUCCHI, 2015, p. 21 – grifos meus)

Além de retratar a quantidade e a distribuição de policiais por Lisboa, o excerto revela o “mal-estar” causado no protagonista. Pereira deixou de fazer um percurso a pé porque “não teve coragem de passar diante daqueles militares sinistros”. A expressão “estar nas mãos da polícia” transmite a ideia de estar refém de um grupo perigoso – se assim não fosse, Pereira não sentiria medo deles. Esses homens uniformizados e armados representavam a defesa do regime autoritário e não da população. Em suma, esse braço repressor buscava combater um inimigo “subversivo”, o que colocaria qualquer opositor do governo como inimigo.

4. Os protagonistas e suas transformações no decorrer das narrativas

O Reis saramaguiano é criado a partir de uma brecha deixada por Pessoa, que morre sem finalizar sua biografia. Leyla Perrone-Moisés (2016) informa que

Ao escolher este tema, Saramago pretendeu completar a breve biografia de Reis escrita por Pessoa. Já que este não forneceu a data da morte do heterônimo, o romancista se permitiu imaginar o que teria acontecido com Reis depois de seu “exílio no Brasil” [...] no ano de 1936. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 138)

Assim, Saramago construiu seu personagem para ser verossímil ao heterônimo, conforme carta de Pessoa a Casais Monteiro: “Ricardo Reis nasceu em 1887 [...], no Porto, é médico e está presentemente no Brasil.” (PESSOA, 1986, p. 229). E mais adiante: “Ricardo Reis, educado num colégio de jesuítas, [...] vive no Brasil desde 1919, pois se expatriou espontaneamente por ser monárquico. É um latinista por educação alheia, e um semi-helenista por educação própria” (PESSOA, 1986, p. 229). Também é levada em conta a temática da lírica do heterônimo na construção do personagem, como lembra Perrone-Moisés (2016):

Saramago inventa situações que colocam em xeque o poeta que pregava uma filosofia cética e contemplativa, e a abstenção de qualquer participação ativa nos acontecimentos, dizendo: “Sábio é aquele que se contenta com o espetáculo do

“mundo”. Ora, ao voltar do Brasil em 1936, e ao inteirar-se dos acontecimentos europeus, Reis percebe que não é fácil manter-se neutro e indiferente. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 138)

Identificamos, no protagonista de Saramago, padrões do Reis pessoano, ou seja, há nele a postura do “sábio” e o princípio do não envolvimento com as causas políticas do mundo. Essa característica é notória no trecho em que ele lê uma reportagem sobre as calamidades geradas por uma enchente:

[...] agora anunciam se novos temporais no Ribatejo, cheias mortais, gado que vai arrastado na corrente, casas que se desmoronam e tornam à lama donde foram erguidas, das searas nem vestígios sobre o imenso lago que cobre as lezírias apenas apontam algumas copas redondas dos salgueiros chorões [...] (SARAMAGO, 1994, p. 204)

A cena é grave, envolvendo a morte de rebanhos e a perda de plantações e moradias numa região pobre do país. Contudo,

Ricardo Reis não é vítima nem testemunha destes desastres, lê as notícias, **contempla** as fotografias, Imagens da tragédia, é o título, e custa-lhe a acreditar na paciente crueldade do céu [...]. Vemo-lo aqui **recostado num sofá** da sala de estar, com o **calorífero aceso**, neste **conforto de hotel**, e se não tivéssemos o dom de ler nos corações não saberíamos que dolorosos pensamentos o ocupam, a miséria do próximo, bem próximo, a cinquenta, oitenta quilómetros de distância, e eu aqui, meditando no céu cruel e na **indiferença dos deuses**, que tudo é uma e mesmíssima coisa [...]. (SARAMAGO, 1994, 204 – grifos meus)

O personagem é construído para demonstrar distanciamento à dor alheia. Não parece ser gratuito o fato de o narrador utilizar o verbo “contemplar” para descrever como Reis olhava para as fotografias da tragédia – ele não as “via”: as “contemplava”, corroborando a característica do heterônimo. O contraste entre a desgraça daqueles ribatejanos e o conforto do hotel onde se encontrava demonstra o seu distanciamento. Essa característica do personagem persiste no decorrer do romance, mas mudará com o avanço da narrativa.

O protagonista de Tabucchi tem um perfil semelhante ao de Reis por ambos serem intelectuais e pertencerem ao mundo das letras – o médico escrevia poesia e o jornalista apreciava literatura e traduzia contos. Ademais, o principal aspecto que os une é a opção pelo não envolvimento político. Pereira era o responsável pela página cultural do *Lisboa*, publicando contos, escrevendo efemérides e necrológios. Viúvo, cardiopata e sem perspectivas, era a preocupação com a morte que o colocou em contato com Monteiro Rossi e Marta, dois jovens opositores ao salazarismo. Pereira tinha simpatia pelo rapaz e o via como o filho que nunca teve, o que fez com que financiasse, indiretamente, a causa dos jovens.

Conquanto fosse ligado à imprensa, o jornalista frequentemente se informava através de Manuel, um garçom que trabalhava no Café Orquídea, a quem chegavam as notícias de maneira furtiva, burlando a censura. Entretanto, embora pudesse saber o que estava ocorrendo em Portugal e no mundo, Pereira parecia não se importar:

Só havia boatos, andavam de boca em boca, para se saber alguma coisa era preciso perguntar nos cafés, ouvir as conversas, era a única maneira de estar ao corrente [...]. Mas **Pereira não tinha vontade de perguntar nada a ninguém**, queria simplesmente ir-se embora para as termas, **gozar uns dias de tranquilidade**, falar com o professor Silva seu amigo e **não pensar nos males do mundo**. (TABUCCHI, 2015 p. 59-60 – grifos meus)

Assim como Reis, Pereira não queria “pensar nos males do mundo”, trecho que remete ao já referido verso de Ricardo Reis: “sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo”. Ou seja, embora o jornalista soubesse que o mundo estava sendo acometido por um “mal” e escolhesse não pensar nisso, o poeta apenas se contentou em apreciar o que ia diante de seus olhos.

Contudo, o responsável pela página cultural era desafiado a agir. Não obstante recusasse sistematicamente integrar a causa de Rossi e Marta, em uma viagem de trem ele conheceu uma judia-alemã de origem portuguesa, com quem teve o seguinte diálogo:

Também eu não estou satisfeito com o que se passa em Portugal, confessou Pereira. A senhora Delgado [...] disse: **Então faça alguma coisa**. Alguma coisa como?, perguntou Pereira. Bem, disse a senhora Delgado, o senhor é um intelectual, **diga o que se está a passar na Europa, exprima livremente o seu pensamento, enfim, faça alguma coisa**. (TABUCCHI, 2015, p. 75 – grifos meus)

A senhora Delgado, reconhecendo em Pereira um intelectual, rogou que ele interviesse de alguma forma, ou seja, que “exprim[isse] o seu pensamento” através da imprensa. Apoiar indiretamente os jovens revolucionários e questionar o seu superior demonstrou que o jornalista estava desconfortável com a situação, o que o diferenciava de Reis. A publicação do conto de Daudet já era um indício de que o viúvo estava atuando em sua pequena esfera, mas ele passará por uma radicalização.

Os eventos bélicos e as ocupações territoriais exigiram dos protagonistas uma transformação política. O gatilho que levou Reis a passar pela mudança adveio quando ele decidiu ir a um comício pró-governo e se nauseia pela atmosfera fascista, repleta de insígnias e de brados efusivos de “Portugal” e “Salazar” acompanhados da saudação romana. O médico começou a passar mal: “Ricardo Reis, que esteve todo este tempo ao ar livre, [...] sente que precisa de respirar, de tomar ar” (SARAMAGO, 1994, p. 397). Recuperando a alegoria da “doença”, talvez, o ar estivesse faltando a Reis devido ao “vírus” do salazarismo. O personagem, que se limitava a contemplar, não entendeu a origem do seu mal-estar:

Chegou a casa com os pés doridos, uma estafa, abriu a janela para arejar a atmosfera abafada do quarto, e então compreendeu que em todo o caminho **não pensara no que tinha visto e ouvido**, julgara que sim, que viera a pensar, mas querendo recordar agora **não encontrava uma única ideia, uma reflexão, um comentário**, era como se tivesse sido transportado por uma nuvem, nuvem ele próprio, apenas pairando. Agora **queria meditar, reflectir, dar uma opinião e discuti-la consigo mesmo, e não conseguia** [...]. Ricardo Reis olha a noite profunda, quem nos pressentimentos e estados de alma tivesse a arte de encontrar sinais diria que **alguma coisa se prepara**. É muito tarde quando

Ricardo Reis fecha a janela, por fim **não foi capaz de pensar mais do que isto**, A comícios não torno [...]. (SARAMAGO, 1994, p. 398 – grifos meus)

A dificuldade de Reis se deu por sua postura de não-envolvimento. Todavia, participar daquele comício foi o estopim para que mudanças começassem a operar, mesmo que incompreensíveis, dentro de si. Como ele não conseguia raciocinar ou julgar tal experiência, aquela atmosfera atingiu a sua saúde.

Porém, o ápice de sua transformação ocorreu quando os canhões do forte de Almada atacaram o navio Afonso de Albuquerque, onde se encontravam rebelados Daniel e seus companheiros. A embarcação foi atingida e Reis foi testemunha ocular. Em seguida,

Ricardo Reis levanta-se do banco, [...] a mão sobre a testa ou suave correndo pelo cabelo, e entra em casa, atira-se para cima da cama desfeita, **escondeu os olhos com o antebraço para poder chorar à vontade, lágrimas absurdas**, que esta revolta não foi sua, **sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo**, hei-de dizê-lo mil vezes, que importa àquele a quem já nada importa que um perca e outro vença. (SARAMAGO, 1994, p. 411-412 – grifos meus)

Diante de tal espetáculo transmutado em tragédia, o poeta não conseguiu mais pertencer àquele mundo caótico. Na sequência, após os nove meses de intermitências entre os dois mundos, quando o espectro de Fernando Pessoa veio despedir-se para não mais frequentar o mundo dos vivos, Reis seguiu com ele. Enfim, como heterônimo, não podendo fugir à sua essência, e, diante do mundo que se desenhava, a única alternativa para o protagonista era desaparecer juntamente com o ortônimo.

O desfecho para Pereira é bem diverso. Após descobrir o cadáver de Rossi em seu quarto, assassinado pelas forças repressivas policiais, o jornalista foi impelido a tomar uma atitude extrema:

Pereira voltou para casa. Entrou no quarto e retirou a toalha do rosto de Monteiro Rossi [...]. Depois dirigiu-se para o escritório e sentou-se em frente da máquina de escrever. Escreveu como título: *Assassinado um jornalista*. Depois mudou de linha e começou a escrever: «Chamava-se Francisco Monteiro Rossi, era de origem italiana [...]. Mas a noite passada a morte veio procurá-lo. (TABUCCHI, 2015, p. 204)

Burlando a censura, o jornalista conseguiu publicar aquela carta-denúncia nas páginas do *Lisboa*, abdicando, a partir de então, de sua identidade original:

[...] pegou numa mala pequena, onde enfiou o estritamente necessário e a pasta com os necrológios. Foi à estante e começou a folhear os passaportes de Monteiro Rossi. Finalmente encontrou um que se lhe adaptava. Era um belo passaporte francês, [...] a fotografia era de um homem gordo com papadas debaixo dos olhos, e a idade correspondia à sua. Chamava-se Baudin, François Baudin. Pereira achou que era um belo nome. (TABUCCHI, 2015, p. 209)

Diferentemente de Reis, que não encontrava espaço naquele mundo perturbado, Pereira subverteu o sistema. Ao denunciar o assassinato de Rossi e ao assumir o codinome Baudin, ele acabou, finalmente, integrando a causa daqueles jovens.

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de fazer uma breve análise comparativa dos protagonistas dos dois romances, isto é, intelectuais que viveram os mesmos tempo (década de 1930) e espaço (Lisboa). Se para Reis aquele mundo não o podia absorver, quer pela representação fidedigna da origem heterônima, quer pelo cenário apocalíptico que se desenhava ao derredor, o mesmo não vale para Pereira. O jornalista, apesar da resistência inicial, rompeu com seus paradigmas e passou por um amadurecimento profundo, a ponto de tomar uma atitude revolucionária.

Ao ponderar sobre os reflexos que os longos anos da ditadura salazarista infligiram na sociedade portuguesa atual, José Gil diz que:

o Portugal de hoje prolonga o antigo regime. A não-inscrição não data de agora, é um velho hábito que vem sobretudo da recusa imposta ao indivíduo de se inscrever. Porque inscrever implica acção, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência. Foi o salazarismo que nos ensinou a irresponsabilidade – reduzindo-nos a crianças, crianças grandes, adultos infantilizados. (GIL, 2017, p. 17)

O filósofo chama a atenção para o fato de que o governo paternalista e autoritário de Salazar, conhecido como “o salvador da Pátria”, cujo grande lema era “Deus, Pátria e Família”, ultrapassa seus limites cronológicos e, mesmo após mais de quatro décadas de seu fim, ainda interfere no modo de pensar e de agir da geração atual. Gil denomina a falta de autonomia e a ausência de um sentido da vida, por parte da população atual, retratada como infantilizada e irresponsável, como “não-inscrição”.

Entretanto, as palavras do filósofo português devem servir como alerta para todos nós. O mundo atual presencia uma onda crescente de governos autoritários e populistas de extrema direita, que buscam atender a carência dessa população de “adultos infantilizados” por um líder ideal, que tem a missão de tutelar o povo e de resolver todos os problemas da nação. Porém, segundo esse discurso, para que isso ocorra, é necessário escolher um inimigo comum, que pode vir a ser os refugiados, os mulçumanos, os negros, os indígenas, as mulheres, a “ideologia de gênero”, o “marxismo cultural”, o comunismo ou até mesmo a COVID-19.

Ideias fascistas, xenófobas, racistas e conspiracionistas têm crescido nos vários cantos do planeta. O fundamentalismo religioso e o aumento da violência têm sido constantes em governos autoritários atuais, desde a Índia de Modi, à Turquia de Erdoğan, passando pela Israel de Netanyahu; a Hungria de Orbán, cruzando para os Estados Unidos de Trump e descendo para o Brasil de Bolsonaro.

Por isso, é preciso que tenhamos em mente que o investimento na ciência, a difusão do conhecimento, o incentivo à pesquisa, a valorização das artes e da literatura se fazem necessários para combater tanto o vírus SARS-CoV-2, responsável pela epidemia atual da COVID-19, quanto para evitar que aquele “vírus”, que atingiu a Europa no início do século XX, levando ao poder Hitler, Mussolini, Franco ou Salazar, volte a se alastrar, causando dores, mortes e destruições ainda mais pungentes.

Bibliografia

- EXPRESSO, Jornal on-line. Cronologia: A vida de José Saramago. In: *Expresso* de 18 de junho de 2010. Disponível em <https://expresso.pt/dossies/dossiest_atualidade/dos_jose_saramago/cronologia-a-vida-de-jose-saramago=f588876#gs.9fmau4>. Acesso em 05 maio de 2019.
- GIL, J. **Portugal, Hoje: O Medo de Existir**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2017.
- GOMES, Adelino. “Escrevi o romance para resolver o choque entre uma admiração e uma rejeição sem limites”. In: Ípsilon (suplemento do jornal *Público* de 29 de maio de 2002). Disponível em <<https://www.publico.pt/2002/05/29/jornal/escrevi-o-romance-para-resolver-o-choque-entre-uma-admiracao-e-uma-rejeicao-sem-limites-171041>>. Acesso em 01 maio 2019.
- MOSTRA, Jornal da. Jornal on-line. Antonio Tabucchi Entrevista - Parte 1 “Prefiro os furos da rede”, pensa o escritor sobre a internet. In: *Jornal da Mostra* de 23 de agosto de 2002. Disponível em <http://42.mostra.org/br/jornal_interno/254-ANTONIO-TABUCCHI-ENTREVISTA---PARTE-1-%C2%93PREFIRO-OS-FUROS-DA-REDE%C2%94,-PENSA-O-ESCRITOR-SOBRE-A-INTERNET>. Acesso em 05 maio 2019.
- PESSOA, Fernando. Carta a Adolfo Casais Monteiro. In: QUADROS, A. (Org.). **Obra em prosa de Fernando Pessoa. Escritos Íntimos, cartas e páginas autobiográficas**. Lisboa: Europa América, 1986. p. 224-231.
- PERRONE-MOISÉS, L. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ROSAS, F. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXV, p. 1.031-1.054, 2001.
- SALMI, Stefano e POLI, Davide. A cultura da vigilância: aspectos significantes na Itália e Portugal entre as duas guerras mundiais. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. (Org.). **Tempos de Fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 372-383.
- SARAMAGO, J. **O ano da morte de Ricardo Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- TABUCCHI, A. **Afirma Pereira**. Alfragide: Leya, 2015.
- TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e Intolerâncias: Repressão e Reprodução Ideológica. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. (Org.). **Tempos de Fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 105-140.